MPMS Ministério Público MATO GROSSO DO SUL

DIÁRIO OFICIAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL

Campo Grande – MS
terça-feira,
8 de março de 2022

21 páginas | Ano XIII - Número 2.621 | mpms.mp.br

ASSINADO MPMS DIGITALMENTE

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*
Procurador de Justiça *Mauri Valentim Riciotti*
Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*
Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*
Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*
Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*
Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*
Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*
Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*
Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*
Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*
Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*
Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*
Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Avila*
Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*
Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*
Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*
Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*
Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*
Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*
Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*
Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Morais*
Procurador de Justiça *Luis Alberto Safraider*
Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*
Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*
Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*
Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*
Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*
Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*
Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*
Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*
Procuradora de Justiça *Ana Lara Camargo de Castro*
Procurador de Justiça *André Antônio Camargo Lorenzoni*
Procuradora de Justiça *Filomena Aparecida Depolito Fluminhan*
Procurador de Justiça *Rogerio Augusto Calabria de Araujo*

EXPEDIENTE EXTERNO:
De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 *e-mail*: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência
(67) 3357-2449 *e-mail*: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 731/2022-PGJ, DE 16.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Jean Kleber Soares de Oliveira por meio da Portaria nº e-1160/2021-PGJ, de 6.10.2021, que seriam usufruídas no período de 11 a 20.4.2022, a serem usufruídas no período de 4 a 13.4.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 733/2022-PGJ, DE 16.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Lucas Cavassa Batista por meio da Portaria nº e-348/2021-PGJ, de 17.5.2021, com redação dada pela Portaria nº 5302/2021-PGJ, de 9.12.2021, que seriam usufruídas no período de 16 a 25.2.2022, a serem usufruídas no período de 4 a 13.4.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 739/2022-PGJ, DE 16.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-11/2022-PGJ, de 11.1.2022, que concedeu férias ao servidor Hewerthon da Silva Lipú, de forma que, onde consta “de 7 a 26.3.2022”, passe a constar “de 18 a 27.7.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 4 a 13.4.2022”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 751/2022-PGJ, DE 17.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 15.2.2022, as férias do servidor Hewerthon da Silva Lipú concedidas por meio da Portaria nº e-11/2022-PGJ, de 11.1.2022, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 3 a 11.3.2022.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 752/2022-PGJ, DE 17.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Renata Valeria Brito Espindola por meio da Portaria nº e-777/2021-PGJ, de 13.7.2021, com redação dada pela Portaria nº 5478/2021-PGJ, de 17.12.2021, que seriam usufruídas no período de 2 a 11.5.2022, a serem usufruídas no período de 4 a 13.4.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 753/2022-PGJ, DE 17.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1600/2021-PGJ, de 30.11.2021, que concedeu férias à servidora Amanda Stephany Júlio Barbosa, de forma que, onde consta "de 24.1 a 2.2.2022, de 4 a 13.4.2022 e de 2 a 11.5.2022", passe a constar "de 24.1 a 2.2.2022 e de 2 a 11.5.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 4 a 13.4.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 756/2022-PGJ, DE 17.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Vanusa Weber por meio da Portaria nº e-1021/2021-PGJ, de 9.9.2021, que seriam usufruídas no período de 10 a 19.1.2022, a serem usufruídas no período de 23.3 a 1º.4.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 758/2022-PGJ, DE 18.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Claudio de Jesus Duarte Ferreira por meio da Portaria nº e-284/2021-PGJ, de 26.4.2021, com redação dada pela Portaria nº e-1138/2021-PGJ, de 28.9.2021, que seriam usufruídas no período de 3 a 12.3.2022, a serem usufruídas no período de 7 a 16.3.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 781/2022-PGJ, DE 18.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 17.2.2022, as férias da servidora Marivalma Amâncio de Lima Suzuki concedidas por meio da Portaria nº e-1441/2021-PGJ, de 11.11.2021, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 17 a 25.10.2022.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 805/2022-PGJ, DE 21.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Millena Alves Ferreira Gonçalves de Oliveira por meio da Portaria nº e-812/2021-PGJ, de 21.7.2021, que seriam usufruídas no período de 3 a 12.3.2022, a serem usufruídas no período de 11 a 20.7.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 806/2022-PGJ, DE 21.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Evelyne dos Santos Melo por meio da Portaria nº e-303/2021-PGJ, de 5.5.2021, que seriam usufruídas no período de 3 a 12.3.2022, a serem usufruídas no período de 28.3 a 6.4.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 821/2022-PGJ, DE 21.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Paula da Cunha Bulhões por meio da Portaria nº e-873/2021-PGJ, de 5.8.2021, que seriam usufruídas no período de 4 a 13.7.2022, a serem usufruídas no período de 20 a 29.1.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 860/2022-PGJ, DE 23.2.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares ao servidor Lucas Pereira de Queiroz, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas no período de 27.4 a 6.5.2022 e de 17 a 26.8.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 7 a 16.3.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 929/2022-PGJ, DE 3.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Contratos nos dias 25.2, 3 e 4.3.2022, em razão de licença compensatória referente a feriado forense da titular, Djene de Souza.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 930/2022-PGJ, DE 3.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Christiane Naomi Hiratsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, no período de 3 a 11.3.2022, em razão de férias da servidora Lygia Mara Rosa da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 932/2022-PGJ, DE 3.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Vânia de Oliveira Coelho Gondim, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Miranda, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 3 a 8.3.2022, em razão de férias da servidora Patricia da Silva Pereira, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 933/2022-PGJ, DE 3.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Mayara Vaz Cardeal Lima, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 45ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 75ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 4 a 13.4.2022, em razão de férias e folga compensatória da servidora Maria Eugênia Gomes Antello Abud, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 956/2022-PGJ, DE 4.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Lara Gurgel de Alencar Nunez por meio da Portaria nº e-837/2021-PGJ, de 28.7.2021, que seriam usufruídas no período de 21 a 30.3.2022, a serem usufruídas no período de 2 a 11.5.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-205/2022/PGJ, DE 7.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Celestino Figueiredo Cristaldo, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 9 a 15.2.2022, inicial, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c o artigo 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-206/2022/PGJ, DE 7.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Márcio Fernando Cardoso, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, inicial, no período de 14 a 18.2.2022, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c artigos 54, inciso I, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-211/2022/PGJ, DE 7.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Glauce Rocha de Sousa Gomes, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, inicial, no período de 19 a 25.2.2022, Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o artigo 59, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-213/2022/PGJ, DE 7.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Juliane Aparecida Cordeiro Queiroz, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação, no período de 8 a 14.2.2022, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c artigo 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-214/2022/PGJ, DE 7.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Karla Christine Nogueira Farias, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade, no período de 4.2 a 3.6.2022, inicial, nos termos dos artigos 130, inciso III, e 147 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, e artigo 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022, e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, no período de 4.6 a 2.8.2022, nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º da Resolução nº 1/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-215/2022/PGJ, DE 7.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Karla Christine Nogueira Farias, por meio da Portaria nº e1167/2021-PGJ, de 6.10.2021, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, que seriam usufruídas no período de 1º a 20.8.2022, a serem usufruídas no período de 3 a 22.8.2022, em razão de licença maternidade, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-216/2022/PGJ, DE 7.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Rosângela Bonacina Milgarefe, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 6 (seis) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 29.1 a 3.2.2022, inicial, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c artigos 54, inciso II, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-222/2022/PGJ, DE 7.3.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Silviane Leite Pires do Espirito Santo, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade, no período de 17.2 a 16.6.2022, inicial, nos termos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, do artigo 37, § 2º, do Decreto Estadual nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022, e dos artigos 11, inciso I, alínea "g", 71 e 72, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei Federal nº 8.647, de 13 de abril de 1993, e, ainda, dos artigos 93, 94, §§ 3º e 4º, 95 e 96 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com a redação dada pelos Decretos Federais nº 3.668, de 22 de novembro de 2000, e nº 4.682, de 21 de outubro de 2003; e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, no período de 17.6 a 15.8.2022 nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º da Resolução nº 1/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR

AVISO Nº 16/2022/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001867-1 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Elson Luiz Tiago - Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da falta de estruturas construídas para conter a enxurrada, assim como possível degradação da Área de Preservação Permanente, e regularização jurídico-ambiental da propriedade localizada no Bairro Chácara Recreio Brilhante, Bloco 02, Lote 24, propriedade de Elson Luiz Tiago. (IC nº 13/2014, migrado para o sistema SAJMP).

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002019-9 - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: C. Cardoso Barbosa - Assunto: Apurar possível irregularidade ambiental consistente em desempenho de atividades da empresa C. Cardoso Barbosa - ME, no município de Dourados, desprovida de licenciamento ambiental. (IC nº 24/2015, migrado para o sistema SAJMP).

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003507-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Aniceto da Costa Rondon, Egomar José Ferraza, Juarez Paulo Ferrazza e Maristela Freitas de Lucena Rondon - Assunto: Apurar o desmatamento de aproximadamente 44,07 hectares de cerrado em área de reserva legal sem autorização do órgão ambiental competente, realizando na Fazenda Retiro, localizada no município de São Gabriel do Oeste. (IC nº 4/2016, migrado para o sistema SAJMP).

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00003657-0 - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Eliane de Souza - Assunto: Apurar a regularidade ambiental e urbanística da atividade desenvolvida no estabelecimento comercial localizado na Rua Izat Bussuan, nº 3405, esquina com a Rua Projetada E, Vila Rosa, Dourados/MS.

5) Inquérito Civil nº 06.2019.00000177-3 - 76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - Assunto: Apurar a necessidade da implantação de banco de dados para armazenamento de material genético e de produto embrionário em caso de abortamento induzido, em observância à Lei nº 12.654, de 28 de maio de 2012, que estabelece em seu artigo 5º-A a necessidade de o armazenamento ser gerenciado por Unidade Oficial de Perícia Criminal.

6) Inquérito Civil nº 06.2019.00000401-5 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo - Assunto: Apurar eventuais gastos exorbitantes com serviços de locação de impressoras, multifuncional e sistema de contagem de cópias pelo município de Ribas do Rio Pardo.

7) Inquérito Civil nº 06.2019.00001048-3 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho.

8) Inquérito Civil nº 06.2019.00001162-7 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo.

9) Inquérito Civil nº 06.2019.00001715-4 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: André Cervantes Toribio e Voeli Rodrigues Alves Cervantes - Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou inutiliza-la com infringência das normas de proteção de acordo como art. 38, da Lei nº 9605/98.

10) Inquérito Civil nº 06.2019.00001863-1 - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Universidade Católica Dom Bosco - UCDB - Assunto: Apurar possíveis irregularidades na cobrança de "taxas de serviços" pela UCDB - Universidade Católica Dom Bosco, para expedição de documentos contendo informações relativas às atividades dos estudantes, tais como atestados de matrícula e histórico escolar, serviços inerentes aos serviços educacionais já abrangidos pelas mensalidades escolares. **Advogada: Adriane Cordoba Severo Lugo Samudio, OAB/MS nº 9.082.**

11) Inquérito Civil nº 06.2020.00000081-9 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Kazuto Horii - Assunto: apurar eventual irregularidade na contratação de empresa Engeluga Engenharia Eireli ME pelo Município de Bodoquena/MS, bem como a efetividade na prestação de serviços contratados. **Advogada: Victória C. Duarte de Souza, OAB/MS nº 24.830.**

12) Inquérito Civil nº 06.2020.00000617-9 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Ana Flávia Constantino Bongiovanni e outros - Assunto: Apurar desmatamento de 4,69 hectares em área de fitofisionomias xxx Áreas Antrópicas Pecuária (Pastagem plantada) Pastagem plantada na Região de Savana e Áreas de Tensão Ecológica ou Contatos Florísticos Encrave Savana/Floresta Estacional Semi-decidual Submontana (Mata), na Fazenda dos Sonhos, em Anastácio/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 157/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental - 2020).

13) Inquérito Civil nº 06.2021.00000079-0 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a prática de eventual ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública em razão de ausência de repasse financeiro do Município de Paranhos/MS ao Banco Bradesco S/A, decorrente de convênio celebrado para desconto diretamente em folha de pagamento de parcelas de empréstimo consignado concedido aos servidores públicos municipais e repasse à instituição financeira.

14) Inquérito Civil nº 06.2021.00000206-5 - 43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hospital El kadri - Assunto: Apurar a suposta insuficiência de profissionais de enfermagem (enfermeiros e técnicos de enfermagem) no Hospital Geral El Kadri Ltda.

15) Inquérito Civil nº 06.2021.00000501-8 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Cláudia Regina Vendrame Gomes Luiz - Assunto: Apurar o déficit de 2,72 hectares em Área de Preservação Permanente referente ao Rio Iguatemi no Lote 74 da Gleba nº 2-Moroti, em Sete Quedas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 24/20/NUGEO.

16) Inquérito Civil nº 06.2021.00000635-0 (Sigiloso) - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó.

17) Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000992-5 (Sigiloso) - 30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

18) Inquérito Civil nº06.2021.00001223-0 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Ribas de Rio Pardo - Assunto: Apurar ameaça de violação aos princípios da isonomia, moralidade e legalidade, assim como, as normas previstas na Lei 8.666/1993 e Lei nº. 14.133/2021, ocasionada pelo projeto de Emenda à Lei Orgânica do município de Ribas do Rio Pardo nº. 003/2021, que pretende alterar o artigo 90 da referida Lei.

19) Inquérito Civil nº 06.2021.00001523-8 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Ademir José Comparim - Assunto: Apurar a irregularidade jurídico-ambiental da supressão de 5,89 ha de vegetação nativa sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Laudo Técnico n° 157/21/NUGEO, ocorrida na fazenda Varjão Alegre e Estância Juracy (CAR/MS nº 0072526), em Anastácio/MS.

20) Inquérito Civil nº 06.2021.00001524-9 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Elisberio Mont Serrat Barbosa - Assunto: Apurar a irregularidade jurídico-ambiental da supressão de 10,34 ha de vegetação nativa sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Laudo Técnico n° 167/21/NUGEO, ocorrida na Fazenda Ipiranga (CAR/MS nº 0028096), localizada em Anastácio/MS, sob responsabilidade legal do Sr. Elisberio Mont Serrat Barbosa.

21) Inquérito Civil nº 06.2022.00000095-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Registrar as providências desta Promotoria de Justiça relativamente a notícia de suposta prática de nepotismo e de descumprimento da Súmula Vinculante 13 do STF no que diz respeito a nomeação da companheira de Josemar Tomazelli, que ocupa o cargo de Gerente de Finanças na Prefeitura de Naviraí/MS.

Campo Grande, 7 de março de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO
Procuradora de Justiça
Secretária do Conselho Superior do MP

AVISO Nº 17/2022/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência do **recurso** na seguinte **Notícia de Fato:**

1) Notícia de Fato nº 01.2021.00004235-7 - 7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas - Recorrente: Paulo Carlos Veron da Motta, Vereador do Município de Três Lagoas/MS - Recorrido: Ministério Público Estadual - Assunto: Apurar denúncia encaminhada pelo atual vereador Paulo Veron, a qual consiste na delegação ao Diretor da Câmara de atos que deveriam ser realizados pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Três Lagoas.

Campo Grande, 7 de março de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO
Procuradora de Justiça
Secretária do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000098 DE 25.02.2022 DO PROCESSO 09.2022.00001805-0

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.
Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Credor: Julean Decorações Ltda.
Licitação: Ata de Registro de Preços 38/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 32/PGJ/2021.
Objeto: Aquisição de material permanente – persianas, e serviços de instalação, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Valor: R$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000098 de 25.02.2022.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000099 DE 25.02.2022 DO PROCESSO 09.2022.00001805-0

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.
Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Credor: Julean Decorações Ltda.
Licitação: Ata de Registro de Preços 38/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 32/PGJ/2021.
Objeto: Aquisição de material permanente – persianas, e serviços de instalação, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Valor: R$ 2.700,15 (dois mil setecentos reais e quinze centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000099 de 25.02.2022.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000101 DE 25.02.2022 DO PROCESSO 09.2022.00001674-1

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.
Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Credor: M Giroldo Decora Ltda.
Licitação: Ata de Registro de Preços 37/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 32/PGJ/2021.
Objeto: Aquisição de material permanente – persianas, e serviços de instalação, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Valor: R$ 114,00 (cento e quatorze reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000101 de 25.02.2022.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000102 DE 25.02.2022 DO PROCESSO 09.2022.00001674-1

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.
Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Credor: M Giroldo Decora Ltda.
Licitação: Ata de Registro de Preços 37/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 32/PGJ/2021.
Objeto: Aquisição de material permanente – persianas, e serviços de instalação, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Valor: R$ 5.015,10 (cinco mil quinze reais e dez centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000102 de 25.02.2022.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000875 DE 25.02.2022 DO PROCESSO 09.2022.00001804-0

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Credor: Soluções Norte Engenharia, Construções e Comércio Eireli.
Licitação: Ata de Registro de Preços 03/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 42/PGJ/2020.
Objeto: Aquisição de divisórias e demais acessórios, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Valor: R$ 3.604,50 (três mil seiscentos e quatro reais e cinquenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000875 de 25.02.2022.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000877 DE 25.02.2022 DO PROCESSO 09.2022.00001802-8

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Credor: JM Comércio, Construção e Serviços Ltda.
Licitação: Ata de Registro de Preços 01/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 42/PGJ/2020.
Objeto: Aquisição de divisórias e demais acessórios, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Valor: R$ 19.862,40 (dezenove mil oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000877 de 25.02.2022.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000878 DE 25.02.2022 DO PROCESSO 09.2022.00001803-9

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Credor: Morena Construções a Seco Ltda.
Licitação: Ata de Registro de Preços 02/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 42/PGJ/2020.
Objeto: Aquisição de divisórias e demais acessórios, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Valor: R$ 4.825,00 (quatro mil oitocentos e vinte e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000878 de 25.02.2022.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 029/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000092-7
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **LUIZARI & LUIZARI LTDA**, representada por **Lucilene Gomes Luizari**.
Procedimento licitatório: Dispensa.
Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Jardim/MS.
Valor estimado mensal: R$ 422,50 (quatrocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000141, de 19.01.2022.
Vigência: 25.02.2022 a 31.12.2022.
Data de assinatura: 25 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 032/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000044-9
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **ROGERIO MICHELS DAS CHAGAS**, representada por **Rogerio Michels das Chagas**.
Procedimento licitatório: Dispensa.
Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS.
Valor estimado mensal: R$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000148, de 19.01.2022.
Vigência: 22.02.2022 a 31.12.2022.
Data de assinatura: 22 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 054/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000048-2
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **EDUARDO CASTRO MILANEZ**, representada por **Eduardo Castro Milanez**.
Procedimento licitatório: Dispensa.
Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas/MS.
Valor estimado mensal: R$ 105,00 (cento e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000227, de 24.01.2022.
Vigência: 18.02.2022 a 31.12.2022.
Data de assinatura: 18 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 056/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000057-1
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **ESMERALDO GOMES ACOSTA**.
Procedimento licitatório: Dispensa.
Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Miranda/MS.
Valor estimado mensal: R$ 600,00 (seiscentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000230, de 24.01.2022.
Vigência: 02.02.2022 a 31.12.2022.
Data de assinatura: 2 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 062/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000065-0
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **Luiz Henrique Borges da Silva.**
Procedimento licitatório: Dispensa.
Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Coxim/MS.
Valor estimado mensal: R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000394, de 27.01.2022.
Vigência: 07.02.2022 a 31.12.2022.
Data de assinatura: 7 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 069/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000055-0
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **SANDRO ANTÔNIO MACIEL**, representada por **Sandro Antônio Maciel**.
Procedimento licitatório: Dispensa.
Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Miranda/MS.
Valor estimado mensal: R$ 115,00 (cento e quinze reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000274, de 25.01.2022.
Vigência: 08.02.2022 a 31.12.2022.
Data de assinatura: 8 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 070/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000056-0
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **ESMERALDO GOMES ACOSTA**.
Procedimento licitatório: Dispensa.
Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Miranda/MS.
Valor estimado mensal: R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000275, de 25.01.2022.
Vigência: 07.02.2022 a 31.12.2022.
Data de assinatura: 7 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 078/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000087-1
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **CALIZA – COMÉRCIO DE GÁS LTDA**, representada por **Marcos Francisco de Oliveira**.
Procedimento licitatório: Dispensa.
Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí/MS.
Valor estimado mensal: R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000288, de 25.01.2022.
Vigência: 18.02.2022 a 31.12.2022.
Data de assinatura: 18 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 082/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000043-8
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **S. N. DIAS**, representada por **Simone Neves Dias**.
Procedimento licitatório: Dispensa.
Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS.
Valor estimado mensal: R$ 142,80 (cento e quarenta e dois reais e oitenta centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000320, de 26.01.2022.
Vigência: 25.02.2022 a 31.12.2022.
Data de assinatura: 25 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 083/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000053-8
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **SANDRO ANTÔNIO MACIEL**, representada por **Sandro Antônio Maciel**.
Procedimento licitatório: Dispensa.
Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Miranda/MS.
Valor estimado mensal: R$ 216,00 (duzentos e dezesseis reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000322, de 26.01.2022.
Vigência: 08.02.2022 a 31.12.2022.
Data de assinatura: 8 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 093/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000760-9
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **FRANCISCO JOZILANDO DE LIMA**, representada por **Francisco Jozilando de Lima**.
Procedimento licitatório: Dispensa.
Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante/MS.
Valor estimado mensal: R$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000401, de 27.01.2022.
Vigência: 14.02.2022 a 31.12.2022.
Data de assinatura: 14 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 094/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000820-8
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **FRANCISCO JOZILANDO DE LIMA**, representada por **Francisco Jozilando de Lima**.
Procedimento licitatório: Dispensa.
Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante/MS.
Valor estimado mensal: R$ 105,00 (cento e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000404, de 27.01.2022.
Vigência: 14.02.2022 a 31.12.2022.
Data de assinatura: 14 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 098/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000689-8
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **GENARO DOS SANTOS 23814861191**, representada por **Genaro dos Santos**.
Procedimento licitatório: Dispensa.
Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju/MS.
Valor estimado mensal: R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000438, de 28.01.2022.
Vigência: 11.02.2022 a 31.12.2022.
Data de assinatura: 11 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 099/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000738-6
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **GENARO DOS SANTOS 23814861191**, representada por **Genaro dos Santos**.
Procedimento licitatório: Dispensa.
Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju/MS.
Valor estimado mensal: R$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000439, de 28.01.2022.
Vigência: 11.02.2022 a 31.12.2022.
Data de assinatura: 11 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 112/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00000049-3
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **EDUARDO CASTRO MILANEZ**, representada por **Eduardo Castro Milanez**.
Procedimento licitatório: Dispensa.
Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas/MS.
Valor estimado mensal: R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000728, de 17.02.2022.
Vigência: 22.02.2022 a 31.12.2022.
Data de assinatura: 22 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 113/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00001855-0
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **PURI VIDA COMÉRCIO DE FILTROS LTDA**, representada por **Roberto Mtanios Chehoud Ibrahim**.
Procedimento licitatório: Dispensa.
Amparo legal: Inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Objeto: Prestação de serviço de aplicação de ortopolifosfato, para tratamento de água potável no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Bonito/MS, a ser executado bimestralmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Valor estimado anual: R$ 9.180,00 (nove mil cento e oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000778, de 21.02.2022.
Vigência: 03.03.2022 a 31.12.2022.
Data de assinatura: 3 de março de 2022.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00001294-5
Partes:
1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa**, Nilza Gomes da Silva;**
2- MARIZA GOMES DOURADO BARBOSA, representada por **Mariza Gomes Dourado Barbosa.**
Licitação: Dispensada.
Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.
Objeto: Fornecimento e instalação de cerca elétrica para atendimento de edifício-sede em unidade deste Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no interior do Estado.
Valor total: R$ 4.850,00 (quatro mil oitocentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho n° 2022NE000095, datada de 24.02.2022.
Vigência: 03.03.2022 até 03.03.2023.
Data de assinatura: 3 de março de 2022.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 74/PGJ/2017

Processo: PGJ/10/1262/2017
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **ABADIO JOSÉ FERREIRA JUNIOR**, **LUANA DE SOUZA FERREIRA LUZ e LUCAS NUNES LUZ**, representados por **Francisley Pantaleão**.
Procedimento licitatório: Dispensa.
Amparo legal: Artigo 60, da Lei Federal nº 8.666/1993.
Objeto: Incluir o número da matrícula do imóvel, cuja locação é o objeto do Contrato nº 074/PGJ/2017.
Vigência: 25.02.2021 a 15.09.2022.
Data de assinatura: 25 de fevereiro de 2022.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 024/2018 ENTRE MPMS E JUCEMS

Processo: PGJ/10/3250/2018
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;
2- **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representada por seu Presidente, **Augusto César Ferreira de Castro**.
Objeto: Adequação do Convênio à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), sem ônus para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Vigência: 03.03.2022 a 27.08.2022.
Data da assinatura: 3 de março de 2022.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AQUIDAUANA

EDITAL N.º 012/2022-1ªPJCA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2020.00000745-6 - 1ªPJCA, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Luiz da Costa Gomes n. 544, Vila Cidade Nova.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000745-6 – 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nelson Arruda Fialho e Werlaine Fátima Basso Fialho

Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 1,26 hectares de vegetação nativa, em Área de Preservação Permanente ocorridos na Fazenda Recanto da Dourada, em Aquidauana/MS, constatados pelo Parecer Nugeo nº 102/20.

Aquidauana - MS, 07 de março de 2022.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA
1ª Promotora de Justiça

EDITAL N.º 013/2022-1ªPJCA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2020.00000812-2 - 1ªPJCA, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Luiz da Costa Gomes n. 544, Vila Cidade Nova.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000812-2 – 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Therezinha Rondon Camargo

Assunto: Apurar desmatamento de 4,22 hectares em área de Savana Florestada, na Fazenda Santa Therezinha em Aquidauana/MS, sem autorização de autoridade competente, conforme Parecer n. 105/20/Nugeo (Programa DNA Ambiental – 2019).

Aquidauana - MS, 07 de março de 2022.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA
1ª Promotora de Justiça

COXIM

EDITAL Nº 0013/2022/02PJ/CXM

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000186-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Atalívio Machado Nantes.

Assunto: Apurar irregularidade jurídica ambiental referente a supressão de 1,07 hectares em Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, na Fazenda Taboca, em Coxim, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 32/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

Coxim/MS, 04 de março de 2022.

DANIELLA COSTA DA SILVA
Promotora de Justiça

PARANAÍBA

EDITAL Nº 0007/2022/01PJ/PBA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2022.00001411-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Acompanhar a Implementação do Fluxo de Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência no Município de Paranaíba/MS, conforme preconizado na Lei n. 13.431/17 e no Decreto n. 9.603/18.

Paranaíba - MS, 16 de fevereiro de 2022

JULIANA NONATO
Promotora de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0013/2022/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da C Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a retificação do polo passivo do Inquérito Civil nº 06.2018.00002147-6, fazendo nele constar:

Inquérito Civil n. 06.2018.00002147-6

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Noêmia Silva Aguiar Cavalheiro, Aldiney Aparecido Silva Cavalheiro, Noeder Silva Cavalheiro

Assunto: investigar a ocorrência de desmatamento ilegal em imóvel rural denominado Fazenda Nossa Senhora Aparecida, bem com a regularidade na instituição de sua respectiva área de reserva legal e conservação das áreas de preservação permanente e do solo

Ponta Porã/MS, 04 de março de 2022

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

RIO VERDE DE MATO GROSSO

EDITAL Nº 0004/2022/PJ/RVG

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, n. 180, Nhecolândia, CEP: 79480-000, Rio Verde de Mato Grosso/MS, Telefone: (67) 3292-1533.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000194-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adriano Florêncio Nunes

Assunto: "Apurar a supressão de 5,0 hectares de vegetação nativa, no Assentamento Fama – Lote 57 e 58, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 325/21/NUGEO".

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 25 de fevereiro de 2022.

MATHEUS CARIM BUCKER
Promotor de Justiça

TERENOS

EDITAL Nº 0004/2022/PJ/TRN

A Promotoria de Justiça da comarca de Terenos/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, o qual está à disposição de quem possa interessar, no endereço sito Rua Pedro Cesco, nº 530, Centro, Terenos/MS.

Inquérito Civil: 06.2021.00000750-5.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades nas contratações de servidores sem prévio concurso público no Município de Terenos/MS.

Terenos/MS, 04 de março de 2022.

EDUARDO DE ARAÚJO PORTES GUEDES
Promotor de Justiça